

DA INTERDISCURSIVIDADE E INTERTEXTUALIDADE EM/ ENTRE BAKHTIN, MARCUSCHI E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Agnaldo Almeida de Jesus¹

Resumo: A *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), homologada em 2018, traça o conjunto de “aprendizagens essenciais” que devem ser desenvolvidas pelos estudantes da/na Educação Básica brasileira. Neste trabalho, buscamos realizar um gesto de leitura/interpretação da BNCC à luz de dois textos teóricos de autoria de Mikhail Bakhtin e Luiz Antônio Marcuschi, renomados autores do estudo de gêneros discursivos/textuais. Do primeiro, retomamos a noção de gênero do discurso, a distinção entre palavra e oração (unidades da língua) de enunciado (unidade da comunicação discursiva) e entre gêneros primários e secundários. Do segundo, discutimos as definições de gênero textual, tipo textual, domínio discursivo, suporte e intergenericidade. Por fim, realizamos um entrelaçamento dos textos teóricos e a BNCC, evidenciando as relações interdiscursivas e intertextuais produzidas.

Palavras-chave: Gênero discursivo/textual. Ensino de Língua Portuguesa. Interdiscursividade. Intertextualidade. BNCC.

INTERDISCURSIVITY AND INTERTEXTUALITY IN/BETWEEN BAKHTIN, MARCUSCHI AND THE *BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR*

Abstract: The *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), approved in 2018, outlines the set of “essential learning” that must be developed by students in Brazilian Basic Education. In this work, we seek to carry out a gesture of reading/interpretation of the BNCC in the light of two theoretical texts authored by Mikhail Bakhtin and Luiz Antonio Marcuschi, renowned authors of the study of discursive/textual genres. From the first, we return to the notion of speech genre, the distinction between word and sentence (units of language) of utterance (unit of discursive communication) and between primary and secondary genres. In the second, we discuss the definitions of textual genre, textual type, discursive domain, support and intergenericity. Finally, we interweave the theoretical texts and the BNCC, to highlight the interdiscursive and intertextual relationships produced.

Keywords: discursive/textual genre. Teaching Portuguese Language. Interdiscursivity. Intertextuality. BNCC.

¹ Doutor em Estudos Linguísticos, na área de concentração de Linguística do Texto e do Discurso, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), docente na Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG).

PALAVRAS INICIAIS

Ao estabelecer diretrizes para a publicação periódica técnica e/ou científica de artigos (NBR 6022/2018), a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define o gênero discursivo/textual² *artigo técnico e/ou científico* como um texto “com autoria declarada, de natureza técnica e/ou científica”, podendo ser de revisão ou original, quando, respectivamente, “resume, analisa e discute informações já publicadas” ou “apresenta temas ou abordagens originais” (ABNT, 2018, p. 1-2). Da formulação acima, observa-se um traço importantíssimo desse e de diversos outros gêneros (*ofício, estatuto, resenha, editorial*, por exemplo), a “autoria declarada”. Do autor, espera-se “coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância e, entre outras coisas, unidade, não contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, de seu texto” (Orlandi, [1990] 2009, p. 76-77); e, além disso, ela pode ser assumida por “pessoa(s) física(s) responsável(eis) pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento” ou “instituição(ões), organização(ões), empresa(s), comitê(s), comissão(ões), evento(s), entre outros” (ABNT, 2018, p. 2), o que diferencia a autoria pessoal e a de entidade.

2 Há, nos estudos de gênero, o corrente uso das expressões *gênero do/de discurso* (ou *discursivo*) e *gênero de texto* (ou *textual*). No texto de Luiz Antonio Marcuschi analisado adiante, ele adota a posição de “todas essas expressões podem ser usadas intercambiavelmente, salvo naqueles momentos em que se pretende, de modo explícito e claro, identificar algum fenômeno específico” (Marcuschi, 2008, p. 154), optando pelo uso de *gênero textual*. Roxane Roxo (2007), por sua vez, distingue a *Teoria de gêneros de discurso ou discursivos* da *Teoria de gêneros de texto ou textuais*. A autora afirma que, enraizadas em diferentes (re)leituras de Bakhtin, a primeira centra-se, sobretudo, no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos; e a segunda, na descrição da composição e da materialidade textual, como a coesão e a referência. Neste texto, doravante, utilizamos o termo *gênero textual*, salvo quando citamos autores que adotam *gênero discursivo/do discurso*.

Ainda sobre o gênero *artigo científico*, no *Dicionário de gêneros textuais*, Sérgio Roberto Costa ([2008] 2021) afirma ele “exige planejamento, coleta e seleção de material e recorte de dados que serão analisados e relatados”, apresentando, geralmente, três partes, sejam elas: “*introdução* (justificativas, diretrizes, delimitações e explicações necessárias, ou seja, um apanhado geral do conteúdo do artigo)”; “*corpo ou texto principal* (descrição detalhada do objeto do relatório, análise e resultados)”; e “*conclusões e/ou recomendações finais* (resultados práticos, sugestões de atividades ou medidas a serem tomadas, a partir do que foi apresentado, interpretado e analisado antes)” (Costa, ([2008] 2021, p. 40-41), mobilizando e incorporando para sua construção composicional outros gêneros, como: *título, resumo, palavras-chave, referências, quadros e/ou tabelas, notas de rodapé, apêndices e/ou anexos*, etc.

Neste momento, encontro-me na parte inicial de um artigo científico de revisão, a introdução. Pois bem: este texto tem como objetivo refletir sobre o modo como se pode/deve ler a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), mais especificamente a parte que trata do componente curricular Língua Portuguesa da área de Linguagens, à luz dos textos de Mikhail Bakhtin e Luiz Antônio Marcuschi, autores que, sem serem mencionados nominalmente, constituem a base teórica da *Base*, em conjunto com outros textos/autores. Para tanto, em um primeiro momento, apresento, em linhas gerais, a proposta da BNCC para o ensino de Língua Portuguesa; em seguida, realizo um gesto de leitura/interpretação dos textos “Os gêneros do discurso”, de Bakhtin, e “Gêneros textuais no ensino de língua”, de Marcuschi, ressaltando as relações interdiscursivas e intertextuais; e, por fim, busco a produção de um efeito (imaginário) de fechamento para o texto, retomando aquilo precedentemente discutido.

COM QUAL DISPOSITIVO TEÓRICO LER A BNCC?

Desde ponto adiante, adentramos na segunda parte do *artigo científico*, o corpo ou texto principal. Envolve em polêmicas e disputas teóricas e, principalmente, políticas – tanto no período de (re)elaboração, de homologação integral em 2018, como nos dias atuais³ –, a BNCC apresenta-se no cenário educacional brasileiro como um “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2018, p. 8). “Aprendizagens essenciais” que devem assegurar aos estudantes o desenvolvimento de “competências gerais”⁴ e “competências específicas” para as etapas de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), as áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ensino Religioso, no Ensino Fundamental; Linguagem e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, no Ensino Médio), e os componentes curriculares (no Ensino Fundamental, por exemplo, a área de Linguagens tem como componentes curriculares

Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no anos finais dessa etapa, Língua Inglesa).

Ao tratar do ensino de Língua Portuguesa, especificamente, a BNCC diz assumir “a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção”, em função do “desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses” (Brasil, 2018, p. 67, grifo nosso). Centralidade que não é uma novidade da BNCC!

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa, elaborados e publicados no final da década de 1990 e início dos anos 2000, contrapondo-se à perspectiva gramatical/normativa de ensino de língua, preconizavam que não se deveria tomar como unidades básicas do processo de ensino de língua materna aquelas que decorrem de “uma análise de estratos letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva”, postulando, assim, que “a unidade básica do ensino só pode ser o texto” (Brasil, 1998, p. 23). E todo *texto* se realiza por meio de um *gênero*, como os já mencionados e destacados em itálico, neste texto, neste *artigo científico*.

Na esteira dos PCN, que não tinham caráter normativo, a BNCC assevera:

Os conhecimentos sobre os *gêneros*, sobre os *textos*, sobre a *língua*, sobre a *norma-padrão*, sobre as *diferentes linguagens* (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em *práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas* (Brasil, 2018, p. 67, grifo nosso).

3 Convocada em caráter extraordinário pelo *Decreto nº 11.697*, de 11 de setembro de 2023, a Conferência Nacional de Educação (Conae), com o tema “Plano Nacional de Educação 2024-2034: política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”, aprovou, dentre outras propostas, a de revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e da BNCC. O texto (Documento-Referência) foi encaminhado ao Ministério da Educação (MEC), que o apreciará como norteamento do PNE 2024-2034.

4 Na BNCC, a noção de *competência* aponta a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 8).

Para tanto, propõe-se que as práticas de linguagem sejam trabalhadas em quatro eixos de ensino: oralidade, leitura/escuta, produção de textos, e análise linguística/semiótica, sem o privilégio de uma sobre as outras; e ressalta-se que as práticas de linguagem contemporâneas “não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir” (Brasil, 2018, p. 68) e, por isso, deve-se contemplar o “letramento da letra e do impresso” e os gêneros que o integram – *notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto, verbete de enciclopédia, artigo de divulgação científica*, etc. – e o “novos letramentos, essencialmente digitais” – *e-zine, fanzine, fanvídeo, vidding, gameplay, detonado, trailer honesto, playlists*, etc. (Brasil, 2018, p. 68).

Lançando mão desses breves apontamentos, na próxima seção, buscamos (re)estabelecer as relações interdiscursivas (dialógicas, entre discursos) e intertextuais (entre textos) da BNCC com textos teóricos de Mikhail Bakhtin, filósofo russo que se dedicou aos estudos da linguagem e cunhou sentidos importantes para noções como dialogismo, polifonia, gênero do discurso, enunciado/enunciação etc.; e de Luiz Antônio Marcuschi, gaúcho radicado em Pernambuco e, sem dúvidas, um dos mais importantes linguistas brasileiros na área da Linguística Textual e da Análise da Conversação, dedicando-se, sobretudo, ao estudo (e ensino) de gêneros textuais.

Pela dimensão deste trabalho, centralizar-nos-emos nos já citados textos “Os gêneros do Discurso”, insigne ensaio escrito por Bakhtin no início da década de 1950 e publicado na Rússia, como adendo, no livro *Estética da criação verbal*, em 1979; e “Gêneros textuais no Ensino de Língua”, segunda parte do livro *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*, quarta versão do material utilizado por Marcuschi no *Curso de Linguística 3* na graduação em Letras

da Universidade Federal de Pernambuco, em 2005.

ENTRELAÇANDO OS FIOS DOS TEXTOS E DISCURSOS DE BAKHTIN E MARCUSCHI

Sem definir e distinguir as noções de interdiscursividade e intertextualidade, a BNCC, ao versar sobre a dialogia e a relação entre textos, estipula o alcance, pelos estudantes, da habilidade de (i) “Identificar e refletir sobre as diferentes perspectivas ou vozes presentes nos textos e sobre os efeitos de sentido do uso do discurso direto, indireto, indireto livre, citações etc.; e de (ii) “Estabelecer relações de *intertextualidade* e *interdiscursividade* que permitam a identificação e compreensão dos diferentes posicionamentos e/ou perspectivas em jogo, do papel da paráfrase e de produções como as paródias e a estilizações” (Brasil, 2018, p. 73, grifo nosso).

Na área dos Estudos Linguísticos e da Teoria Literária, entre outras, essas noções são (re)trabalhadas, com interesses e fundamentos teóricos diferentes. Nos textos de Bakhtin, de acordo com José Luiz Fiorin (2006, p. 165), “a questão do interdiscurso aparece sob o nome de dialogismo”. Para Bakhtin, a essência da linguagem é ser dialógica. O dialogismo, diz-nos Fiorin (2006, p. 167), “é o modo de funcionamento real da linguagem e, portanto, é seu princípio constitutivo”. Trata-se, pois, de relações de sentido entre discursos. Nas palavras de Carlos Alberto Faraco, um dos maiores estudiosos de Bakhtin no Brasil,

Para haver relações dialógicas, é preciso que qualquer material linguístico (ou de qualquer outra materialidade semiótica) tenha entrado na esfera do discurso, tenha sido transformado num enunciado, *tenha fixado a posição de um sujeito social*. Só assim é possível responder (em sentido amplo e não apenas empírico do termo), isto é, fazer réplicas ao dito, confrontar posições, dar acolhida fervorosa à palavra do outro, confirmá-

la ou rejeitá-la, buscar-lhe um sentido profundo, ampliá-la. Em suma, estabelecer com a palavra de outrem, relações de sentido de determinada espécie, isto é, relações que geram significação responsabilmente a partir do encontro de posições avaliativas (Faraco, 2009, p. 66).

Por sua vez, o termo e o conceito de intertextualidade, introduzidos na Teoria Literária na década de 1960 por Julia Kristeva, com base no postulado do dialogismo bakhtiniano, é retomado nos estudos linguísticos brasileiros. Exemplo disso é o trabalho de Ingedore Villaça Koch, Anna Christina Bentes e Mônica Cavalcante (2008), que, circunscrevendo-se à Linguística Textual, distinguem “a intertextualidade em sentido amplo (*lato sensu*), constitutiva de todo e qualquer discurso, e a intertextualidade *stricto sensu*, atestada pela presença necessária de um intertexto” (Koch; Bentes; Cavalcante, 2008, p. 10).

A noção de intertextualidade *lato sensu* adotada pelas autoras refere-se à de dialogismo/interdiscursividade. Já a intertextualidade *stricto sensu* acontece quando um texto se remete “a outros textos ou fragmentos de textos efetivamente produzidos, com os quais estabelece algum tipo de relação” (Koch; Bentes; Cavalcante, 2008, p. 17), podendo ser de natureza temática e estilística, explícita ou implícita. Diferentemente delas, para Fiorin (2006, p. 181), o termo intertextualidade deve ficar “reservado apenas para os casos em que a relação discursiva é materializada em textos. Isso significa que a intertextualidade pressupõe sempre uma interdiscursividade, mas o contrário não é verdadeiro”. Ou seja, há diferentes maneiras de compreender o funcionamento desses fenômenos linguísticos. Feitas essas breves observações sobre tais noções, passemos à leitura dos textos de Bakhtin e Marcuschi, estabelecendo, na medida possível, relações interdiscursivas e intertextuais.

O texto “Os Gêneros do Discurso”, cuja autoria é atribuída a Bakhtin, é escrito na década de 1950 no conjunto de outros textos/autores do Círculo de Bakhtin. Esse fato, em si, já atesta

a presença de fortes relações interdiscursivas (de aliança, de contraposição, etc. a outros discursos) e, acreditamos, intertextuais. No texto, Bakhtin ([1952-53] 2011, p. 283) adverte que “aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas)”. Nesse excerto, opõem-se dois modos de significação em relação ao que é dominar uma língua: aprender regras morfosintáticas, apenas, ou modos de formular enunciados em situações concretas de uso da língua. Nesse caminho, o autor estabelece uma distinção entre palavra/oração (unidades da língua) e enunciado (unidade real da comunicação discursiva), tendo em vista que “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (Bakhtin, [1929-1930] 2009, p. 128).

Um exemplo: palavras como “Maria”, “comprou”, “pão” e “ontem” ou a oração “Maria comprou pão ontem” são unidades da língua portuguesa que podem e, efetivamente, são (re) produzidas por um mesmo e diferentes falantes do português. Porém, quando em uso por um sujeito em dadas condições sociocomunicativas/de enunciação, como uma *conversa no WhatsApp* ou um *recado* deixado na porta da geladeira, por exemplo, essas unidades da língua adquirem o status de enunciado (concreto), único e irrepetível, produzindo diferentes sentidos, como o de: Maria comprou pão ontem, pode comer; como Maria comprou pão ontem, não é preciso comprar mais.

Nessa perspectiva, de acordo com o autor,

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo seu estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos

e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. [...] Cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais denominamos *gêneros do discurso* (Bakhtin, [1952-53] 2011, p. 261-262).

Nesse trecho, concebendo a língua(gem) em uso/funcionamento por/para sujeitos situados em determinadas conjunturas sócio-históricas e ideológicas, Bakhtin define os gêneros do discurso como “tipo relativamente estáveis de enunciados”, elaborados pelos campos de atividade humana ou de uso da língua, como o jornalístico, o religioso, o didático, etc. O autor enumera, ainda, as três grandes características dos gêneros do discurso: o “conteúdo temático” – objeto discursivo e finalidade discursiva:

informar, solicitar, decretar, instruir; o “estilo” – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua; e, para ele, a mais importante, a “construção composicional” – modos de estruturação e de acabamento do texto, como o de uma *carta*, e-mail, *tese de doutoramento*, *bula de medicamento*, *editorial*, etc.

O fato de a construção composicional, o estilo e conteúdo temático dos gêneros serem relativamente estáveis dos gêneros pode ser observado, por exemplo, nos gêneros *declaração* e *poema*. A declaração, como a que encontramos na página do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), abaixo transcrita, obedece, geralmente, a uma estrutura fortemente padronizada de construção composicional. Vejamo-la:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que _____, RA _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no ___ semestre do curso de Licenciatura em Letras do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) participou do(a) _____ no dia ___/___/___, com duração de ___hs, em _____ (local).

_____, ___ de _____ de _____.

Assinatura/identificação do responsável/carimbo

Rua Sérgio Buarque de Holanda, nº 571 CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Correio Eletrônico: secgrad@iel.unicamp.br
Fone: (0XX19) 3521.1526 – Fax: (0XX19) 3521.1968

Fonte: IEL/UNICAMP (s.d.).

Na *declaração*, como é possível observar, há pouco espaço para que o autor manifeste o seu estilo, já que deve ser escrita pela norma padrão, ser clara e concisa. Injuções da situação de comunicação ao gênero. O declarante, que assume a responsabilidade daquilo que declara sobre si ou outrem, deve registrar a data e local, além de firmar o documento.

Por sua vez, o gênero *poema* pode se materializar em textos de diferentes tamanhos e naturezas de linguagem (verbal, visual, etc.). Como exemplo, podemos citar os *poemas* “Poesia”, de João Cabral de Melo Neto, e “Anfíbios”, de Paulo Leminski.

Poesia

Deixa falar todas as coisas visíveis
deixa falar a aparência das coisas que vivem no tempo
deixa, suas vozes serão abafadas.
A voz imensa que dorme no mistério sufocará a todas.
Deixa, que tudo só frutificará
na atmosfera sobrenatural da poesia.
(Melo Neto, [1990] 2020, p. 22).

Anfíbios

a pena chama	a chama vela a pena chama a vela pena	a chama traça a vela a traça vela a pena	a traça vara a parte lança a chama parte	a lança vara a chama traça a vara vela
a dura dita chama a pena dura	a vela sua a chama vela a sua chama	a dita dura vela a dura vara	a pena para para para para	a chama pena

(Leminski, [1991] 2013, p. 302).

Sem adentrarmos no riquíssimo conteúdo temático dos dois textos, podemos afirmar que ambos são exemplares do gênero *poema*. Porém, enquanto o primeiro realiza-se apenas pela linguagem verbal, em versos livres (irregulares

ou heterométricos), que não seguem um padrão de métrica definido, o segundo é materializado em um *quadro* (que também é um gênero) com cinco colunas e duas linhas, formatando células nas quais o texto verbal é disposto, ora alinhado à esquerda ora à direita. No quadro, o jogo entre palavras e sintagmas permite a produção de uma multiplicidade de construções de sentidos. Constatamos, por exemplo, que uma mesma palavra se identifica a diferentes classes gramaticais (substantivos, verbos, pronomes). O *poema*, nesse caso, é construído de modo multissemiótico, e o não verbal (o quadro, o alinhamento) não é apenas um complemento do verbal, ambos são constitutivos da forma e do sentido do *poema* de Leminski.

Ao tratar da questão das múltiplas semioses, BNCC lembra-nos:

Considerando que uma semiose é um sistema de signos em sua organização própria, é importante que os jovens, ao explorarem as possibilidades expressivas das diversas linguagens, possam realizar reflexões que envolvam o exercício de análise de elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados nas diferentes semioses – visuais (imagem estática e em movimento), sonoras (música, ruídos, sonoridade), verbais (oral, visual-motora, como Libras, e escrita) e corporais (gestuais, cênicas, dança (Brasil, 2018, p. 486).

Ademais, Bakhtin distingue *gêneros primários* – “simples”, geralmente produzidos na modalidade oral da língua, como as ordens, os pedidos, os cumprimentos, etc. – de *gêneros secundários* – “complexos”, como o romance, a dissertação de mestrado, etc., “que surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito)” (Bakhtin ([1952-53] 2011, p. 263).

Marcuschi, ao propor uma análise sociointerativa dos gêneros textuais no contínuo fala-escrita, define “gênero textual” como “os textos materializados em situações comunicativas

recorrentes”, ou seja, que “encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas” (Marcuschi, 2008, p. 155). O autor retoma, pois, a definição e as características dos “gêneros do discurso” propostas por Bakhtin. Os gêneros textuais são entidades dinâmicas, históricas, sociais, situadas, recorrentes, comunicativas, orientadas para fins específicos, ligadas a determinadas comunidades e domínios discursivos, estabilizadas em formatos mais ou menos claros, sintetiza Marcuschi (2008, p. 159);

A noção gênero textual, no texto de Marcuschi, relaciona-se às de tipo textual, domínio discursivo e suporte. Ao contrário dos gêneros textuais, que são entidades empíricas sociocomunicativas múltiplas e heterogêneas, os “tipos textuais” designam “uma espécie de construção teórica (em geral uma sequência subjacente aos textos) definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo)” (Marcuschi, 2008, p. 154), abarcando um número reduzido de categorias, comumente denominadas como narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. Como todo texto se realiza por meio de um gênero, nele é possível observar e delimitar sequências tipológicas (tipos textuais) que, em escalas de predominância, permitem dizer que o texto é narrativo, descritivo, etc.

Na esteira dos trabalhos de Carolyn Miller e de Jean Paul Bronckart, Marcuschi (2008, p. 154) assume o posicionamento de que “Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”; ou, nas palavras de Bronckart (2006, p.150-151), “Os primeiros [gêneros de textos] são unidades comunicativas globais, articuladas a um agir de linguagem”, ao passo que “os segundos [tipos de discursos]

são unidades linguísticas infra-ordenadas, ‘segmentos’ que não se constituem textos por si mesmos, mas que entram na composição dos textos em modalidades variáveis”.

Como afirmado acima, Bakhtin afirma que cada campo “da atividade humana” ou “de uso da língua” elabora seus “tipos relativamente estáveis de enunciados”, os seus próprios gêneros. Marcuschi utiliza o termo “domínio discursivo” para designar a esfera ou instância (da vida social ou institucional) de produção discursiva, como a jurídica, a jornalística, a religiosa, a pedagógica, a política, a militar etc., que “não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados” (Marcuschi, 2008, p. 155). O autor acrescenta que os domínios discursivos

[...] produzem modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. Além disso, acarretam formas de ação, reflexão e avaliação social que determinam formatos textuais que em última instância desembocam na estabilização de gêneros textuais. E eles também organizam relações de poder (Marcuschi, 2008, p. 194).

Marcuschi, desse modo, distribui os gêneros textuais (da oralidade e da escrita) em doze domínios discursivos, são eles: instrucional (científico, acadêmico e educacional), jornalístico, religioso, saúde, comercial, industrial, jurídico, publicitário, lazer, interpessoal, militar e ficcional. Já a BNCC realiza o mesmo procedimento, agrupando os gêneros textuais em “campos de atuação social”, equivalente à noção de domínio discursivo. Nela, lê-se:

Na BNCC, a organização das práticas de linguagem (leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica) por campos de atuação aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam

ser situadas em contextos significativos para os estudantes (Brasil, 2018, p. 84).

Com o objetivo de serem trabalhados gêneros de diferentes esferas da comunicação no decorrer da Educação Básica, diferentemente de Marcuschi, que elenca 12 domínios discursivos, na BNCC encontra-se a delimitação de um número mais reduzido de campos de atuação social: campo da vida cotidiana; campo artístico literário; campo jornalístico-literário; campo das práticas de estudo e pesquisa; campo da vida pública.

Ademais, Marcuschi chama a nossa atenção para o problema de nomeação dos gêneros, que pode obedecer a um ou mais critérios, como: forma estrutural, propósito comunicativo, conteúdo, meio de transmissão, papéis dos interlocutores, contexto situacional (Marcuschi, 2008, p. 164); e para o de identificação de determinados gêneros, quando se burla o “cânon de um gênero fazendo uma mescla de formas e funções” (Marcuschi, 2008, p. 164), o que ele chama de intergenericidade ou intertextualidade tipológica. O autor ressalta que a intergenericidade de funções e forma(to)s de gêneros diversos em um dado gênero “deve ser distinguida da questão da heterogeneidade tipológica do gênero, que diz respeito ao fato de um gênero realizar sequências de vários tipos textuais” (Marcuschi, 2008, p. 166), como apontado acima. Um exemplo é o *poema* de Fernanda Young do livro *Dores do Amor Romântico*, transladado abaixo, que tem o formato de uma *declaração*, mas com funcionamento e domínio discursivo literários.

SÃO PAULO, 25/2/2003

Eu, Fernanda Maria Young de Carvalho Machado – RG: 08176991 – declaro ter sofrido de asma na infância, com algumas crises respiratórias quase severas, tendo cuidado desse mal com natação e homeopatia. Tenho na memória o registro de que, a partir dos meus 14 anos, a asma rareou, até que na idade adulta tornou-se quase imperceptível.

Esclareço

para devidos fim, que não necessito mais de cuidados médicos referentes a esse problema em específico.

Espero, portanto, ter o meu seguro-saúde sem precisar, de novo, passar por essa situação. Mas caso haja, ainda, alguma dúvida, predisponho-me a uma avaliação médica pormenorizada. O que seria constrangedor para todos. Pois acredito que a palavra, principalmente a escrita, deva bastar. Muito obrigada. Fernanda Young. (Young, 2012, n.p.).

Marcuschi formula, ainda, uma definição para a noção de “suporte” como “locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto [, mostrando-o]” (Marcuschi, 2008, p. 174). Ele pode ser natureza “convencional”, quando é elaborado com a função própria de portar ou fixar textos, como o outdoor, os livros didáticos, o jornal, a revista, o rádio, a televisão etc.; e incidental, quando ocasional ou eventualmente atua como suporte, como muros, empenas de prédios, janelas de ônibus etc.

Em suma, podemos verificar a forte filiação do discurso e do texto de Marcuschi ao de Bakhtin, ou seja, relações interdiscursivas e intertextuais. Porém, é importante ressaltarmos que os autores se encontram em conjunturas sócio-históricas e ideológicas distintas de produção do texto e discurso, o que permite a retomada de outros discursos e textos assim como apontar para vindouros, como é o caso do texto da BNCC e o discurso sobre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica, atualmente.

POR UM EFEITO DE FECHAMENTO

Na terceira parte do *artigo científico*, conclusões e/ou recomendações finais, que estamos alcançando neste momento, retomaremos o que expusemos, de forma breve, nas seções anteriores: a definição de algumas importantes noções presentes nos textos de

Bakhtin e de Marcuschi e que são retomadas pela BNCC.

A noção de *gênero discursivo* bakhtiniana é retomada por Marcuschi como *gênero textual* e diferenciada da de *tipo textual*, com o objetivo de que o ensino de língua portuguesa se concentre na primeira, nos textos efetivamente realizados efetivamente, e não em tipologias puramente linguísticas. Na BNCC, há o uso das expressões *gênero*, *gênero do discurso*, *gênero textual*, *gênero do discurso/textual*, usadas de modo intercambiável. Bakhtin afirma que os gêneros são (re)elaborados por/em determinados *campos da atividade humana* ou *campos da comunicação*, o que Marcuschi vai denominar de domínio discursivo e a BNCC tratar como *esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem*, ou apenas como *campos de atuação social*. No texto bakhtiniano, não há uma discussão específica sobre o *suporte dos gêneros*, questão posta no texto de Marcuschi e retomada na BNCC como *suporte* ou *portadores textuais*. Bakhtin trata do *enunciado* (unidade da comunicação discursiva), distinguindo-o da palavra e das orações (unidades da língua), enquanto Marcuschi, situando-se em outra conjuntura sócio-histórica, debruça-se sobre o *texto*, e a BNCC vai utilizar os dois termos: *enunciado* e *texto*, intercambiavelmente.

Para finalizar, (re)tomamos as palavras de Bakhtin, quando, sabiamente, diz-nos:

Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso (Bakhtin ([1952-53] 2011, p. 285).

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Norma brasileira 6022*. Informação e docu-

mentação – Artigo em publicação periódica e/ou científica – Apresentação. 2. ed. São Paulo: ABNT, 2018.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução: Michel Lahud et al. 13. ed. São Paulo: Hucitec, [1929-30] 2009.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, [1952-53] 2011. p. 261-306.

BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. *Gênero: história, teoria, pesquisa e ensino*. Tradução: Benedito G. Bezerra. São Paulo: Parábola, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. (Língua portuguesa ensino fundamental, p. 63-191; ensino médio, p. 481-526).

BRONCKART, J.-P. Os gêneros de textos e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento. In: BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Tradução: Anna R. Machado et al. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 121-160.

COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, [2008] 2021.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 161-193.

IEL – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. *Declaração*.

Disponível: https://www.iel.unicamp.br/arquivos/graduacao/Modelo_de_declaracao_para_ati_vidades_avulsas.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

KOCH, I. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEMINSKI, P. Anfíbios. *In*: LEMINSKI, P. *Toda poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, [1991] 2013. p. 302.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais no ensino de língua. *In*: MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 145-225.

MELO NETO, J. C. Poesia. *In*: MELO NETO, J. C. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Alfaguara, [1990] 2020. p. 22.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, [1990] 2009.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2007. p. 184-207.

YOUNG, F. *Dores do amor romântico* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2012.

Submissão: abril de 2024.

Aceite: maio de 2024.